



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2024

### CADERNO DE PROVA

### GRADUAÇÃO EM DIREITO

#### INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Prova. Ele é **FRENTE E VERSO** e deverá conter **10 (dez)** questões de português, **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **1 (uma)** questão discursiva distribuído em **14 (quatorze)** páginas, incluindo esta.
- 2) A prova terá duração de **4 (quatro)** horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda as questões objetivas e a questão discursiva nas folhas de respostas que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção. Sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais **deverão conter somente o número de inscrição do candidato**, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) **Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com a folha de resposta ao final da prova.

**Boa Sorte!!!**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Prova Objetiva de Português**

**Questão 1**

**Escolha a alternativa em que a(s) palavra(s) entre parênteses completa(m) corretamente o sentido da respectiva frase:**

- a) Confiando na ..... do amigo, contou-lhe o segredo que vinha guardando há muito tempo (descrição).
- b) Os turistas ..... pessoas fazendo coisas estranhas na praia (fragaram).
- c) O juiz julgou o ..... de segurança após verificar a legitimidade do ..... apresentado pelo advogado (mandato/mandado).
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 2**

**Assinale a alternativa que não apresenta erros:**

- a) O casamento estava na eminência de acontecer, quando os noivos sofreram o acidente.
- b) A criança imergia braços e pernas na piscina, mas não conseguia mergulhar.
- c) Vossa Excelência o Ministro do STF entrou na corte apressado.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 3**

**Analise o uso do vocábulo vultuoso e assinale a resposta correta:**

- a) O homem de paletó azul carregava uma quantia vultuosa de dinheiro.

- b) A atleta só descobriu que era alérgica a camarão, quando seu rosto ficou vultuoso após o almoço.
- c) Ambas estão corretas.
- d) Nenhuma está correta.

**Nas questões 4 e 5, assinale a alternativa em que não há qualquer erro ortográfico:**

**Questão 4**

- a) Ana contribue todos os dias com a caixinha dos garçons.
- b) Nós receiamos que o processo não seja julgado a tempo de evitar a perda do direito.
- c) O motorista tem freado o veículo de forma muito brusca.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 5**

- a) O servidor entrou ultra-apressado no prédio.
- b) O passo-a-passo da publicação não fazia muito sentido.
- c) O microondas parou de funcionar imediatamente.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 6**

**Assinale a alternativa em a crase foi corretamente empregada:**

- a) Os policiais ficaram à distância, aguardando a ordem do superior.
- b) À proporção que a chuva aumentava, mais



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- preocupados eles ficaram.  
c) O curso será realizado após às 8 horas.  
d) Nenhuma das anteriores.

**Nas questões 7 e 8, assinale as alternativas corretas quanto ao uso dos verbos impessoais:**

### Questão 7

- a) Havia coisas sobre as quais ninguém queria falar.  
b) Vão fazer 24 anos que trabalho no mesmo setor.  
c) Fazem 30 minutos que espero o médico.  
d) Nenhuma das anteriores.

### Questão 8

- a) Amanheceu todos os dias com um tempo bom e limpo.  
b) Existe pessoas que ainda não compreenderam o que ocorreu?  
c) Houveram provas a semana toda.  
d) Nenhuma das anteriores

### Questão 9

**Assinale a alternativa que não contém erro:**

- a) Os seguranças não deteram os intrusos.  
b) Os servidores estão programando uma paralização para o próximo mês  
c) O professor interveio na discussão entre os alunos.  
d) Nenhuma das anteriores.

### Questão 10

**Assinale a opção que não contém erro de regência verbal:**

- a) Eles firmaram um acordo visando o compartilhamento do imóvel onde os órgãos funcionavam.  
b) O treinamento visava a formação dos porteiros de prédios públicos.  
c) Era necessário visar o passaporte antes da viagem.  
d) Nenhuma das anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Conhecimentos Específicos**

**Prova Objetiva de Graduação Direito**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**11. [Direito Constitucional]**

**São objeto do processo legislativo brasileiro, exceto:**

- a) Decreto Legislativo.
- b) Decreto-Lei.
- c) Lei Complementar.
- d) Emenda Constitucional.

**12. [Direito Constitucional]**

**É certo afirmar sobre a federação no Brasil:**

- a) Confere autonomia plena aos Municípios.
- b) É descentralizado e atende ao princípio da subsidiariedade.
- c) É do tipo centrífugo.
- d) É formado por agregação.

**13. [Direito Constitucional]**

**É competência dos Municípios, exceto:**

- a) Legislar sobre mineração em seu território.
- b) Prestar serviços de saúde.
- c) Fazer leis sobre o meio ambiente.
- d) Legislar sobre direito urbanístico.

**14. [Direito Constitucional]**

**É competência concorrente de todos os entes federativos, exceto:**

- a) Direito urbanístico.
- b) Direito financeiro.
- c) Direito penal.
- d) Direito administrativo.

**15. [Direito Constitucional]**

**Pode ser objeto de Medida Provisória, exceto:**

- a) Matéria que, em regra, pode ser disciplinada por lei ordinária.
- b) Os serviços estaduais de gás canalizado.
- c) O direito administrativo.
- d) O direito urbanístico.

**DIREITO CIVIL e CONSUMIDOR**

**16. [Direito Civil e do Consumidor]**

**Nos termos do art. 5.º do Código Civil, “a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”.**

**Consideradas as hipóteses previstas no parágrafo único do referido dispositivo legal, é incorreto afirmar que cessará a incapacidade do menor:**

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver quinze anos completos.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- b) pelo casamento.
- c) pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) pela colação de grau em curso de ensino superior.

**17. [Direito Civil e do Consumidor] Estabelece o art. 169 do Código Civil que “o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo”.**

**Considera-se nulo o negócio jurídico, exceto:**

- a) quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- c) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- d) quando revestir a forma prescrita em lei.

**18. [Direito Civil e do Consumidor] Conforme previsto no art. 1.228 do Código Civil Brasileiro, “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.**

**Sobre o direito de propriedade é correto afirmar que:**

- a) são permitidos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- b) o proprietário somente pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse

social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente, se previamente indenizado em dinheiro em quaisquer hipóteses.

c) deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

d) o proprietário não pode ser privado da coisa ainda que o imóvel reivindicado consista em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela tenham realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

**19. [Direito Civil e do Consumidor] Dadas as seguintes assertivas acerca do direito das obrigações:**

**I - O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida..**

**II - Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.**

**III - Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.**

**IV - Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora,**



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

desde que o praticou.

**É correto afirmar que:**

- a) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) as assertivas II e IV são falsas.
- c) todas as assertivas são verdadeiras.
- d) todas as assertivas são falsas.

### **20. [Direito Civil e do Consumidor]**

**Dadas as seguintes assertivas acerca do direito do consumidor:**

**I - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, enquadrando-se, assim, neste conceito, o franqueado em sua relação com o franqueador.**

**II – é direito básico do consumidor a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas.**

**III – é direito básico do consumidor a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito;**

**IV – é direito básico do consumidor a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso.**

**É correto afirmar que:**

- a) apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- b) as assertivas II e III são verdadeiras.
- c) as assertivas I e IV são falsas.
- d) todas as assertivas são verdadeiras.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **21. [Direito Processual Civil]**

**Segundo a legislação em vigor:**

- a) na demanda em que o autor for incapaz não incidem as normas gerais de competência estabelecidas na referida legislação codificada, de modo que o incapaz pode optar por propor a ação no foro de seu próprio domicílio.
- b) em havendo nomeação pelo juiz de curador especial ao incapaz, ainda que o referido encargo venha a ser exercido por membro da Defensoria Pública, o Ministério Público deverá, obrigatoriamente, intervir no processo e oferecer manifestação opinativa sobre o mérito da demanda, sob pena de nulidade.
- c) a pessoa com deficiência é dotada de plena capacidade civil, mas se vier a atuar no processo civil na condição de autora ou ré, será obrigatória a intervenção do Ministério Público, sob pena de nulidade.
- d) a pessoa com deficiência poderá servir de testemunha em igualdade de condições com as demais pessoas.

### **22. [Direito Processual Civil]**

**Quando, em autos de Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal, na condição de autor, tiver requerido a realização de**



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### **perícia para constatação de dano ao ambiente:**

- a) a antecipação das despesas para a realização da perícia será feita a expensas do erário da União Federal.
- b) a antecipação das despesas para a realização da perícia deverá ser realizada pelo réu na ação, cabendo a este a prerrogativa de exigir o reembolso pela União Federal, caso não venha a ser condenado ao final.
- c) o profissional nomeado pelo juízo para perito oficial estará obrigado a exercer o munus público de realizar a perícia, a não depender de provisão financeira a título de adiantamento, ficando na expectativa de perceber a respectiva remuneração ao final do processo, caso sucumbente o réu.
- d) o Juízo não conhecerá do pedido de realização de prova pericial pelo Ministério Público se este órgão não tiver promovido previamente o depósito a título de adiantamento de honorários periciais.

### **23. [Direito Processual Civil]**

**No curso de inquérito civil, o Ministério Público Federal apurou que, em conluio com empresários, servidores públicos atuaram para a finalidade de burlar o caráter competitivo de licitações públicas, bem assim para celebração de contratos administrativos com preços superfaturados e desvio de parte dos valores para benefício próprio dos servidores e dos empresários envolvidos. Para a finalidade de alcançar o efeito cautelar de indisponibilidade de bens imóveis, a fim de assegurar patrimônio**

### **suficiente para garantir o êxito da realização da pretensão de eventual Ação Civil Pública de Improbidade de ressarcimento:**

- a) em relação a cada imóvel objeto da pretensão cautelar, deve o Ministério Público propor ação cautelar de indisponibilidade em desfavor do titular do domínio e do respectivo cônjuge, em litisconsórcio passivo unitário.
- b) em relação a cada imóvel objeto da pretensão cautelar, deve o Ministério Público propor ação cautelar de indisponibilidade em desfavor do titular do domínio e do respectivo cônjuge, em litisconsórcio passivo necessário.
- c) em relação a cada imóvel objeto da pretensão cautelar, deve o Ministério Público propor ação cautelar de indisponibilidade em desfavor do titular do domínio, sendo desnecessário incluir o cônjuge do suspeito no polo passivo.
- d) em relação a cada imóvel objeto da pretensão cautelar, deve o Ministério Público propor ação cautelar em desfavor do titular do domínio e do respectivo cônjuge, em litisconsórcio facultativo.

### **24. [Direito Processual Civil]**

**Foi ajuizada contra a União Federal ação de indenização movida por vítima que foi atropelada por viatura pertencente à referida pessoa jurídica de Direito Público, afetado ao uso do Departamento de Polícia Federal. A União foi condenada, em definitivo, por acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, de que não cabe mais recurso. Em seguida a**





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**União Federal ajuizou contra o servidor público Euzébio Raimundo da Silva, que supostamente estaria na condução da referida viatura no momento do acidente, a respectiva ação de regresso. Assinale, quanto ao que enunciado, a alternativa correta:**

- a) tendo sido o nome e a qualificação do servidor referido, agora réu em ação de regresso, reportados na inicial da ação movida pela vítima contra a União Federal, o fato de ter sido ele o condutor da viatura no momento do acidente passou a ser indiscutível na ação de regresso, por efeito da coisa julgada.
- b) se a União Federal não tiver promovido, no prazo oportuno, a denunciação da lide em desfavor do nominado servidor público, incorrerá na preclusão consumativa da faculdade de promover futura ação de regresso em desfavor dele.
- c) se o nome e a qualificação do servidor referido tiverem sido reportados na inicial da ação de indenização movida contra a União, mas a ré não tiver provocado a participação dele no processo na condição de litisdenunciado, é possível rediscutir na ação de regresso a questão fática a envolver a verdadeira identificação daquele que teria estado na condução da viatura no momento do atropelamento.
- d) se, na parte dos fundamentos do acórdão em que se condenou a União na ação movida pela vítima, o nome do servidor Euzébio tiver sido reportado como condutor da viatura no momento do atropelamento, não se poderá na ação de regresso rediscutir a questão fática a

envolver a identificação do condutor da viatura no momento do acidente.

### **25. [Direito Processual Civil] Quanto ao incidente resolução de demandas repetitivas (IRDR):**

- a) o julgamento do incidente caberá sempre ao plenário do tribunal perante o qual o incidente for requerido.
- b) o pedido de instauração do incidente deverá ser dirigido ao relator do recurso na ação individual da qual se originou o incidente.
- c) o órgão incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica deverá julgar também o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.
- d) o pedido de instauração do incidente pode ser formulado, entre outros legitimados, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, desde que esses sejam partes no processo de que se originou o incidente.

## **DIREITO PENAL**

### **26. [Direito Penal] Sobre os princípios do Direito Penal, assinale a alternativa verdadeira:**

- a) Não se aplica à tipificação de contravenções penais o princípio da reserva legal.
- b) O princípio da personalidade da pena não impede que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens sejam estendidas aos sucessores do condenado, até o limite do valor do patrimônio transferido.





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

c) Quando caracterizado o princípio da insignificância não há adequação entre o fato praticado pelo agente e a lei penal incriminadora.

d) O princípio da individualização da pena incide somente nos âmbitos legislativo e judicial.

### 27. [Direito Penal]

#### Assinale a alternativa verdadeira:

a) Cesare Lombroso, autor de “O Homem Delinquente” (1876), foi representante da Escola Penal Clássica, que considerava que a criminalidade derivava de fatores biológicos.

b) A *novatio legis* incriminadora pode, excepcionalmente, retroagir.

c) A norma do art. 7º, inciso II, alínea “a”, do Código penal, que dispõe que “Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro [...] os crimes [...] que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir”, constitui aplicação do princípio da defesa ou da proteção.

d) Conforme a Teoria Finalista, sistematizada por Hans Welzel, dolo e culpa pertencem ao tipo.

### 28. [Direito Penal]

#### Assinale a alternativa verdadeira:

a) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal Brasileiro, em seu art. 6º, adota a teoria da ação ou da atividade.

b) A prescrição, depois da sentença condenatória, regula-se pela pena privativa de liberdade aplicada, ainda que não tenha havido

o trânsito em julgado.

c) O Código Penal Brasileiro adota a teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*) quanto ao nexo causal.

d) A adesão da pessoa jurídica relacionada com o agente ao parcelamento do crédito tributário ocasiona a extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária.

### 29. [Direito Penal]

#### Assinale a alternativa verdadeira:

a) O crime de omissão de socorro, previsto no art. 135 do Código Penal, é crime omissivo impróprio.

b) No crime tentado o agente não tem a vontade de consumir o crime.

c) O objeto material do crime de descaminho é a mercadoria.

d) É faculdade do condenado definitivamente por crime contra a vida se submeter à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

### 30. [Direito Penal]

#### Assinale a alternativa incorreta:

a) Em relação ao delito de frustrar ou fraudar o caráter competitivo de licitação, a pena prevista no art. 337-F do Código Penal (“reclusão, de 4 [quatro] anos a 8 [oito] anos, e multa”) não retroage, vez que mais severa que a então prevista no Art. 90 da Lei 8.666/90 (“detenção, de 2 [dois] a 4 [quatro] anos, e multa”), revogada pela Lei nº 14.133/2021.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- b) O estelionato majorado tipificado no art. 171, § 3º, do Código Penal, tem como objetividade jurídica o patrimônio.
- c) A imposição de medida de segurança se funda na culpabilidade do agente.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

#### **31. [Direito Processual Penal]**

**Sobre as provas, o processo penal, analise as assertivas abaixo:**

**I. São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.**

**II. São admissíveis, no processo criminal, as provas obtidas por meios ilícitos, assim consideradas exclusivamente aquelas obtidas em desrespeito à Constituição.**

**III. São inadmissíveis, salvo nos processos por crimes hediondos, as provas obtidas por meios ilícitos.**

**IV. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.**

**Está incorreto o que se afirma em:**

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV;
- c) I e IV;
- d) IV

#### **32. [Direito Processual Penal]**

**Sobre a prisão no processo penal, é**

**INCORRETO afirmar que:**

a) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

b) Em qualquer caso, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

c) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.

d) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

#### **33. [Direito Processual Penal]**

**Sobre a competência no processo penal, analise as assertivas abaixo:**

**I. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.**

**II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.**

**III. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.**



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**IV. Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, continuará competente em relação aos demais processos.**

**Está correto o que se afirma:**

- a) Apenas em I e II;
- b) Apenas em III e IV;
- c) Apenas em II e IV;
- d) Em todas as assertivas.

**34. [Direito Processual Penal]  
Sobre o processo dos crimes dolosos contra a vida, é CORRETO afirmar que:**

- a) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
- b) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
- c) Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o

desaforamento do julgamento para outra comarca, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais distantes.

d) Conforme redação do Código de Processo Penal, ao proferir sentença, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, o juiz não poderá determinar a execução provisória das penas.

**35. [Direito Processual Penal]  
Segundo a Lei dos Juizados Especiais, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que deverá ser interposto no prazo de cinco dias.
- c) Os embargos de declaração são cabíveis quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, que deverão ser opostos em cinco dias.
- d) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### **36. [Direito Administrativo]**

**Qual é a natureza do vínculo estabelecido entre os estagiários contratados para atuar no Ministério Público Federal e a Administração Pública, e sob qual regime jurídico eles se enquadram? Marque a alternativa correta.**

- a) Agentes públicos estatutários, aplicando-se o regime jurídico da Lei nº 8.112/90.
- b) Agentes públicos temporários, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- c) Agentes públicos em sentido amplo, com regime jurídico previsto na Lei nº 11.788/2008.
- d) Nenhuma das alternativas acima.

#### **37. [Direito Administrativo]**

**Marque a alternativa correta:**

- a) Pelo princípio da continuidade, os serviços públicos prestados pelas concessionárias não podem ser suspensos no caso de inadimplência.
- b) O princípio da publicidade é sinônimo do princípio da transparência.
- c) Segundo o princípio da moralidade, a atividade administrativa deve ser desempenhada com eficiência, buscando-se os melhores resultados práticos e menos desperdício.
- d) Pelo princípio da impessoalidade, os agentes públicos, inclusive quando vinculados a empresas estatais, devem agir de forma neutra, sem favorecer ou prejudicar pessoas

por motivos pessoais.

#### **38. [Direito Administrativo]**

**Sobre a anulação, revogação e convalidação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:**

- a) A anulação de atos administrativos produz efeitos retroativos (ex tunc), ressalvados os direitos adquiridos e de terceiros de boa-fé.
- b) A revogação de atos administrativos pode ser aplicada em vez da anulação, por conveniência da Administração.
- c) É possível convalidar um ato administrativo que tenha sido praticado com desvio de finalidade.
- d) A revogação, assim como a anulação, pode ser realizada tanto pela Administração Pública quanto pelo Judiciário.

#### **39. [Direito Administrativo]**

**A distribuição interna de competência no âmbito de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública, por meio de especialização interna, configura o fenômeno conceituado como:**

- a) Desconcentração.
- b) Outorga.
- c) Descentralização.
- d) Delegação.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### 40. [Direito Administrativo]

**De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), na redação dada pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar:**

- a) O exercício da função pública que resulte em dano ao erário, de forma culposa, pode ensejar a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- c) O particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente não se sujeita às sanções previstas na Lei de Improbidade, mesmo que se trata de recursos de origem pública.
- d) Nos termos do art. 11, II, da Lei nº 8.429/92, na redação dada pela Lei nº 14.230/2021, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## Prova Discursiva de Graduação em Direito

1. [Direito Processual Civil] Em Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em desfavor de Antônio Lopes Cordeiro, afirmou-se na inicial que o réu teria ilicitamente praticado as seguintes condutas em área de preservação permanente: (1) remoção de vegetação nativa; (2) edificação de obras de engenharia civil de construção de um imóvel de padrão residencial. Pedidos formulados pelo Parquet para que o réu fosse condenado a (1) demolir integralmente a construção realizada; (2) remover dos entulhos da demolição para Unidade de Destino especificada pelas normas municipais; (3) executar, por profissional tecnicamente habilitado, um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), cuidando de obter a respectiva homologação pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), bem assim executar referido plano em prazo razoável a ser fixado na sentença. Observados regularmente os trâmites do processo, o Juízo de primeiro grau condenou o réu nas obrigações demolição integral da construção e de remoção dos entulhos para o local apontado na inicial. Omitiu-se a sentença em relação ao pedido identificado acima com a numeração (3), de confecção, homologação e execução do PRAD. Sem que tenha havido interposição de recurso, referida sentença transitou em julgado. Pergunta: Posteriormente ao trânsito em julgado da sentença, em segunda Ação Civil Pública, o Ministério Público veio a se reportar à mesma causa de pedir narrada na inicial daquela primeira ação, vindo a formular pedido para que o réu seja condenado nas obrigação de confeccionar, de obter a homologação junto ao IEF e de executar um PRAD para recomposição da área degradada. Qual deve ser a resposta do órgão do Poder Judiciário competente ante à defesa processual formulada pelo réu, de que se formou a coisa julgada a impedir a instauração de novo processo acerca desse pedido?

Responda de forma fundamentada em texto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas.